

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 09 DE JULHO DE 2015:** Aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sal a de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Inês Dias Lamego e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.** =====

===== Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo **Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.** =====

===== Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m. =====

===== Não estive presente na reunião o Vereador **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, por motivos de participação como orador num seminário sobre a Descentralização da Educação falta essa considerada justificada. Também não esteve presente na reunião a Vereadora **Dra. Ana Maria de Jesus Silva**, por motivos profissionais, tendo sido substituída pela Vereadora **Dra. Inês Dias Lamego.** =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Bom dia a todos. Tenho um conjunto de informações para transmitir no período de antes da ordem do dia. Uma informação tem a ver com a visita à Casa Sequeira Monterroso, a nossa sugestão é combinar convosco para fazer a visita no dia da próxima reunião. Dar nota também que o Senhor Secretário de Estado do Desporto e da Juventude vem amanhã a Oliveira de Azeméis e, portanto, vocês vão hoje receber um convite, via email, para estarem presentes, às 16h30h na visita ao Campo de Jogos Municipal em Cucujães, às 17h à Oficina de Atletismo do NAC e às 18h às Piscinas de La-Salette. Ainda a título de informação, dizer-vos que nós estamos em contacto com o Ministério da Justiça no sentido de garantir que haja obras de requalificação no nosso tribunal ainda este ano. Nós efetuamos já uma visita ao tribunal com uma equipa técnica, esteve cá o diretor geral mas ainda não temos rigorosamente nada garantido do ponto de vista definitivo, mas as coisas estão a correr bem, logo que haja mais alguma novidade, nós daremos informação. Nós manifestamos também a nossa disponibilidade para cooperarmos como temos

feito em várias instituições e organismos da Administração Pública. Informar também que o Vereador Dr. Isidro Figueiredo não está hoje presente na reunião, está em Loulé, no Algarve, numa conferência sobre a descentralização na área da educação e o concelho de Oliveira de Azeméis foi convidado para apresentar o seu modelo, onde há outros municípios a apresentar outros modelos. Tenho para apresentar dois votos de pesar, um no plano político nacional, julgo que é importante que nós, enquanto órgão de decisão político, possamos fazer o reconhecimento desse pesar à Senhora Dra. Maria Barroso, que foi uma alta personalidade da vida pública, foi Primeira-Dama de Portugal, mas para além disso todo o trabalho de intervenção cívica e política. Julgo que nós no plano político devíamos assinalar, infelizmente, a sua partida. Outro mais local, mas com uma dimensão semelhante, é ao nosso particular amigo João Godinho, que foi um dirigente associativo empenhado, ativo em várias associações, nos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, na União Desportiva Oliveirense, na FAMOA, no GOTA, nos Dragões de Azeméis. Foi um momento triste para o nosso concelho e nós enquanto órgão executivo municipal devemos assinalar o facto. Acho que se justifica mesmo, nós não temos essa capacidade de decisão mas temos a possibilidade de sugerir a quem tem responsabilidades na área da toponímia, atribuir o nome de João Godinho a uma rua do nosso concelho, o que se justifica tendo em conta o trabalho, o passado e aquilo que sempre representou para a nossa sociedade. Tinha o compromisso de entregar aqui uma documentação ao Vereador Joaquim Jorge, não o pode fazer na última reunião e hoje esqueci-me, peço imensa desculpa, mas espero entregar-lhe ainda hoje durante a reunião, ou mando entregar em mão a documentação solicitada. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Bom dia. Queria dar nota de alguns eventos que se realizaram e nos quais também participei. A nível da Área Metropolitana do Porto, a realização do II Fórum de Empreendedorismo Social, nos dias 29 e 30 de junho, onde tivemos oportunidade de ouvir falar, de ver e de conhecer casos de sucesso em termos de inovação social, quer a nível da criação de emprego, quer a nível da educação, quer mesmo até na área da saúde. Foi um momento interessante de partilha e de enriquecimento que provavelmente terá aberto algumas pistas para os técnicos e dirigentes das instituições que estiveram presentes neste fórum aqui do nosso município. Queria também referir que no dia 03 de julho foi realizado o concerto de encerramento do ano letivo da Academia de Música no Caracas, um espetáculo denominado “A Música na Sétima Arte” e que foi dos melhores que eu assisti e que teve uma receção também muito boa por parte das pessoas. Foi um espetáculo de grande qualidade e a Academia até está a pensar vender este produto para o exterior. Nesse mesmo dia, da parte da tarde, também se realizaram os jogos tradicionais para a população sénior, em Macieira de Sarnes, no âmbito do Azeméis Ativo. Este evento já vai na III Edição e é um evento que congrega e permite também um envelhecimento saudável para estas pessoas. No sábado, tivemos a abertura de duas exposições: uma, de pintura na Casa Museu de Oliveira de Azeméis, da artista Mizé; e, outra, de escultura na Galeria Tomás Costa, do Paulo Neves. Duas exposições que toda a gente devia visitar, porque realmente mostram a beleza e a forma como estes artistas de Oliveira de Azeméis

retratam o mundo que os rodeia. A exposição de escultura de Paulo Neves intitula-se “Anéis” e as obras de arte são de uma árvore, uma faia, que estava condenada a ir para a fogueira e o escultor recuperou essa árvore no sentido de lhe dar outra utilidade e criar belíssimas peças de obra de arte. Nesse mesmo dia, à noite, a cidade acolheu uma vez mais as Marchas Populares, onde tivemos algumas associações a desfilar com muitos participantes e também já é um vento que é marca no nosso município. Ontem, tivemos o “Aqui há Dança”, um programa que permite aos nossos seniores dançar como o próprio nome indica, é um programa constituído por cinco tardes dançantes, a primeira foi em Pindelo, a segunda em Ul, esta terceira em Cucujães e ainda haverá mais duas até ao final do ano. É sempre uma satisfação ver aquelas pessoas já com tanta idade numa forma física espetacular. Neste conceito de alegria, de convívio, de envelhecimento saudável, a Câmara vai levar a cabo, de hoje a oito dias, um evento de concentração desta população sénior, a Sénior Party, no antigo mercado provisório. Será um dia de festa destinado às pessoas que se quiserem inscrever e eu endereçava aqui, em nome do executivo em permanência, o convite para estarem presentes, nomeadamente no almoço. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Inês Lamego que disse: Muito bom dia a todos. Só um pequeno esclarecimento a uma questão que já foi por mim trazida a esta reunião e que tem a ver com aquele terreno que confronta ali junto à rotunda com a Frei Caetano Brandão. Na altura falei sobre a questão das chapas e o Senhor Presidente esclareceu que o proprietário já tinha sido avisado uma vez, que faria um segundo aviso e caso não tomasse nenhuma diligência que a Câmara faria e que depois imputaria as despesas ao proprietário. Vi que já foram lá uma série de camiões para aterrar aquela zona junto às chapas e gostaríamos de perceber se isso foi de facto uma diligência da Câmara ou se foi do proprietário. De qualquer forma, dar nota de que, pelo menos para já, não se vê nenhum andamento no que se refere ao término dos passeios. Acho que isso enobrecia a obra, até porque é perto da cidade e a cidade, e o próprio executivo, só teria a ganhar com esse embelezamento, que não é só embelezamento mas também daria qualidade de vida às pessoas, daria uma segurança adicional a quem lá passa a pé. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Bom dia. Gostaria de realçar alguns acontecimentos. Decorreu uma vez mais com um enorme sucesso a edição da Funzone, o Festival da Juventude. Começou com uma festa na renovada piscina de La-Salette. Continuamos com um registo de participação associativa muito forte, portanto, continuamos a trabalhar no âmbito da Juventude com o Conselho Municipal da Juventude, eles têm sido nossos parceiros nesta cruzada de tentar com que a juventude se identifique e que de alguma forma contribua para a dinâmica urbana da nossa cidade. Aliás, este ano tivemos o cuidado de dedicar um dia exclusivo ao mundo associativo, foi um dia de festa, foi um sábado, onde podemos assistir a concertos de oliveirenses, a concertos de bandas de referência nacional. Ocupamos outros espaços, fruto também da vantagem de hoje termos um parque de La-Salette renovado e virado para acontecimentos, eventos e espetáculos. Aproveitamos esses espaços exatamente para os dinamizar, num ano de experiência, percebendo o que é que precisamos para atingir os

nossos objetivos e perceber aquilo que está ao nosso alcance para ocupação mais frequente desses próprios espaços. Por isso, queria também agradecer às associações que conosco colaboraram na Funzone, e que foram muitas, e quero expressar esse agradecimento publicamente. Depois dizer-vos que tivemos mais uma Edição da Gala Nacional de Futsal, onde estiveram presentes cerca de setecentas pessoas, onde estiveram presentes as pessoas mais importantes do futsal nacional e internacional. Foi uma gala que, pela primeira vez, além da atribuição dos prémios nacionais e dos prémios dos melhores jogadores do Distrito de Aveiro, conseguiu o casamento feliz ao conseguir também aliar Aveiro ao Porto e foram também entregues os prémios distritais da Associação de Futebol do Porto. Pela primeira vez tivemos cá os representantes dessa associação. Foi uma gala preenchida de emoção, de história, onde de facto Oliveira de Azeméis, mais uma vez, deixa a sua marca nesta modalidade, onde todos os presentes testemunharam um bocadinho aquilo que se vai fazendo em Oliveira de Azeméis em proveito do desporto e desta modalidade. Talvez por isso e por muito mais outras questões de reconhecimento, Oliveira de Azeméis granjeou pela primeira vez ter no seu concelho a realização da final da supertaça nacional masculina e feminina, que se realizará no Pavilhão Dr. Salvador Machado, no dia 30 de Agosto. Também no dia 19 deste mês teremos a final da Volta a Portugal do Futuro, uma edição que começa em Pombal, uma prova realizada em quatro etapas para as esperanças do ciclismo nacional, Sub-23. Nesse dia teremos cá aquela que é a base de toda a modalidade, que antecede a realização da Volta a Portugal e eu espero que a equipa Liberty Seguros Carglass, sedeadada em Oliveira de Azeméis, consiga aqui ter a oportunidade de brilhar e mostrar o seu trabalho. Acontece também este sábado mais uma edição do streetmarket, algo de que eu me orgulho e que é hoje um palco dos oliveirenses onde tudo pode acontecer, tudo pode ser comprado e vendido. É de facto uma realidade e uma experiência interessante passar pelo streetmarket. Dizer-vos também com algum orgulho e algum pessoalismo nessas coisas, como é óbvio, no dia 18 deste mês também será realizado no Pavilhão Dr. Salvador Machada a Gala da Década da Escola/ Oficina de Artes Meia Ponta, um espetáculo que promete marcar esta década de trabalho dedicada à arte e à cultura Oliveirense. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Bom dia a todos. Em primeiro lugar, começar naturalmente por nos associar aos votos de pesar apresentados pelo Senhor Presidente de Câmara. Começando pela Dra. Maria Barroso, estamos a falar de uma figura nacional, uma mulher marcante, uma mulher transversalmente na sociedade portuguesa que é conhecida como uma senhora com uma grande inteligência, com uma grande cultura e de uma grande simplicidade também, mas sobretudo uma senhora de uma enorme dimensão humana que a caracterizou e cuja coerência e inteligência a caracterizaram ao longo da vida e, portanto, é sem sombra de dúvida uma grande perda para nós portugueses enquanto comunidade. O caso concreto do João Godinho, é uma perda prematura como é óbvio, mas infelizmente era uma perda esperada, aliás julgo que de certa forma intimamente todos nós tínhamos nas comemorações do aniversário dos bombeiros que elas pudessem ser ensombradas pelo que veio a acontecer muito pouco tempo depois. Obviamente, já foi aqui dito, a moldura

humana que prestou homenagem ao João Godinho retrata bem aquilo que ele foi em vida e, portanto, o que podemos dizer sobre ele é que era um homem com grande altruísmo, com uma grande disponibilidade para servir a sua comunidade e movimento associativo e, obviamente, quando falamos deste tipo de pessoas com intervenção pública na comunidade tão forte, é evidente que todos ficamos a perder muito. Portanto, obviamente que nos associamos, não só ao voto de pesar, mas também à recomendação à Comissão de Toponímia para que estudem e equacionem a possibilidade de lhe ser atribuído um topónimo. Em relação ao aniversário dos Bombeiros, registar também aqui esse facto. Passaria para dois ou três aspetos muito simples. O primeiro, Senhor Presidente, tem a ver com as verbas do Portugal 2020, nós estamos a falar neste momento de reclamações públicas e sistemáticas da Área Metropolitana do Porto, da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, Tâmega e Sousa que recusam mesmo a proposta da CCDRN. Vemos aqui um conjunto de opiniões que são opiniões que não têm obviamente um cariz partidário porque são opiniões de todos os parâmetros políticos. E, portanto, Senhor Presidente, aquilo que importa perceber é qual é a posição do município de Oliveira de Azeméis no seio da Área Metropolitana do Porto, ou seja, se as verbas que estão definidos para o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial são do nosso agrado; perceber também que verbas estão afetadas ao município de Oliveira de Azeméis e também, se isso for possível, o que é que a Área Metropolitana do Porto pretende fazer no sentido de aproximarmos aquelas que são as intenções do Governo e aquelas que são as exigências dos autarcas e neste caso concreto da Área Metropolitana do Porto, que é aquela que nos diz mais respeito. Uma outra questão, Senhor Presidente, tem a ver com uma notícia publicada na comunicação social da autoria do PSD Aveiro sobre a visita dos Deputados do Partido Socialista eleitos pelo Círculo de Aveiro aos Quartéis da GNR de Cucujães e Cesar. Obviamente que a nós não nos interessa falar do passado, não nos interessa falar do Governo do Partido Socialista que já foi julgado, nem nos interessa falar deste Governo que vai ser julgado brevemente, a nós o que nos interessa é encontrar rapidamente uma solução para estes dois quartéis, seja com um Governo PSD/ CDS, seja com um Governo PS, porque obviamente aquilo que nos parece que é um dado adquirido é que estamos todos de acordo para a necessidade urgente de requalificar aqueles espaços. Estes espaços já há muitos anos e após algumas promessas de intervenção não têm tido efetivamente nenhuma melhoria, excetuando-se aquelas que resultam até da própria intervenção dos militares e sabemos que essas se limitam a resolver problemas pontuais e não problemas estruturais que aquelas instalações apresentam e, portanto, aqui trata-se objetivamente de criar condições de dignidade e de funcionalidade para as forças da GNR e para os próprios utentes. Não é só a exiguidade dos espaços, há também problemas de salubridade, há problemas de funcionalidade, as instalações não são condignas e aquilo que se pretende é que efetivamente tenhamos uma solução para estes dois espaços e obviamente que queremos que essa solução seja a solução que melhor sirva os interesses das populações e os interesses do próprio concelho. Portanto, Senhor Presidente, nesse sentido gostaríamos que aqui do Executivo saísse uma moção que apelasse ao Governo para a rápida resolução destes dois problemas e

obviamente que essa rápida resolução passará pelo envolvimento do município, porque não fará sentido que o Governo o faça sem que o município diga aquilo que pretende para cada um dos espaços. Os dois quartéis têm características diferentes: o Quartel da GNR de Cucujães é um edifício público, o Quartel da GNR de Cesar é um edifício particular, é arrendado e, portanto, estamos a falar de duas realidades diferentes. Se calhar em Cucujães temos a possibilidade de requalificar o atual espaço ou de ocupar um outro espaço; em Cesar, a possibilidade que se coloca é mesmo a construção de um edifício de raiz. Senhor Presidente, objetivamente gostaríamos que fosse redigida uma moção que apelasse e sensibilizasse o Governo para a necessidade urgente de requalificarmos estes dois espaços, que são espaços que estão muito degradados e que não permitem que a GNR cumpra a sua missão em condições de dignidade e com condições de eficácia. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Por lapso não fiz referência à X Edição das Bodas de Ouro, no dia de aniversário dos Bombeiros, onde quarenta e cinco casais do nosso concelho comemoraram os seus 50 anos de matrimónio. Depois fazer a referência a dois jovens Cucujanenses: um na área do atletismo, José Pinho, que se sagrou Campeão Nacional no Lançamento do Martelo; e outra na área da Dança, Diana Rocha, que numa competição a nível mundial ganhou a Medalha de Bronze. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: A Vereadora Dra. Gracinda Leal na sua intervenção não referiu, por esquecimento, uma coisa fantástica que eu queria aqui partilhar convosco: nos jogos tradicionais em Macieira de Sarnes houve um Senhor de cem anos que subiu ao pódio, não sei qual era a modalidade, mas ficou em terceiro lugar. Senhora Vereadora Inês Lamego, dar-lhe nota do seguinte: A intervenção foi feita pela Câmara, aconteceu aquilo que receávamos e nós tínhamos possibilidade de ter terra nossa e de fazer o aterro e aproveitamos esse momento. A colocação das chapas, na minha opinião, não estão muito “católicas”, estão melhores, mas se repararem é uma zona com comércio perto e ali onde os carros estacionavam já não o podem fazer porque as chapas vieram mais para a frente por uma questão de segurança, mas prejudica quem ali pára e temos de encontrar uma solução. Tomei boa nota dos passeios. Agora vamos apresentar a conta ao proprietário do loteamento. O Vereador Pedro Marques falou sobre os eventos desportivos. Quanto à intervenção do Vereador Joaquim Jorge, relativamente à Estratégia do Portugal 2020, à questão do Pacto, fazer aqui um breve enquadramento que tem a ver com o seguinte: naquilo que é a relação da contratualização com as Comunidades Intermunicipais e com as Áreas Metropolitanas foi definido que um dos documentos era a apresentação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, EIDT. Foi feito, foi apresentado na Comissão de Coordenação e dizer-vos que a avaliação que foi dada pela estratégia apresentada pela Área Metropolitana do Porto para os dezassete municípios teve a mais alta classificação, que era bom, e nem todas as estratégias apresentadas tiveram bom, das oito da região norte só duas é que tiveram bom. Significa isto que a estratégia foi ratificada e validade pela Autoridade de Gestão do Portugal 2020. O nosso espanto é relativamente aos valores que estão disponíveis no quadro para a Região Norte, para a contratualização. Nós

estamos a falar de quatrocentos e noventa e dois milhões de euros para toda a Região Norte. Os projetos que nós apresentamos da Área Metropolitana do Porto, no seu todo, compatíveis e condizentes com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial apontavam para duzentos e vinte e oito milhões, a proposta que temos em fase de negociação por parte da CCDRN são cento e vinte e nove milhões de euros, depois posso fazer chegar-vos a proposta de distribuição das verbas. O Governo, depois de mais uma reunião que tivemos com o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, e elas têm sido muitas, anunciou mais trezentos e oitenta e três milhões de euros para a Região Norte, mas eu acho que a apresentação destes trezentos e oitenta e três milhões de euros, que nós saudamos, servem um bocadinho para confundir porque não têm a ver com a contratualização propriamente dita. Estes trezentos e oitenta e três milhões de euros são o PEDUS, Programa Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentado, em que podem concorrer aos trezentos e oitenta e três milhões de euros os dezassete municípios da AMP, mais doze cidades de dimensão superior na Região Norte. O que é que são cidades de dimensão superior? São as capitais: Guimarães, Braga, Vila Real, Bragança, entre outras. Os trezentos e oitenta e três milhões de euros podem ser para o Porto, os trezentos e oitenta e três milhões de euros podem ser para Braga ou os trezentos e oitenta e três milhões de euros podem ser para Oliveira de Azeméis. No concurso em aberto, nós temos que apresentar o nosso programa estratégico até ao dia 10 de setembro. Eu não confundi esta questão dos trezentos e oitenta e três milhões de euros, porque isto é um envelope à parte e focando-nos na contratualização significa que dos quatrocentos e noventa e dois milhões de euros que temos para a Região Norte e os cento e vinte e nove milhões de euros que temos para a AMP, significa isto o seguinte: nós representamos 55% do problema identificado na Região Norte e temos verbas correspondentes em média a 26%. Meus caros, nós deixamos de ser uma zona de convergência e passamos a ser uma zona de competitividade. Nós na estratégia tivemos que apresentar objetivos para as tecnologias de informação e comunicação; apresentar os objetivos para o abandono escolar, para a taxa de insucesso escolar, para a inclusão social. Foi-nos validada a estratégia e a nossa estratégia representa mais de 50% dos problemas do norte e o envelope financeiro representa 25% a 26%, daí que nós temos chamado a atenção da Comissão de Coordenação na necessidade de não colocar territórios contra territórios, nem de baixa densidade, nem interior contra litoral, mas da necessidade de reforçar o envelope financeiro para o norte. Eu não sei se vamos conseguir, se não vamos, mas pelo menos tentar temos que tentar. Dizer-vos que a EIDT foi construída com a participação ativa dos dezassete municípios, com o envolvimento de centenas de técnicos das Câmaras Municipais, portanto, isto está ao pormenor e por isso há aqui um sentimento de frustração e de desilusão. Esse trabalho foi muito bem feito, nada disto é contrariado pela CCDRN, diz é que não tem dinheiro. Estamos a procurar fazer aqui uma gestão equilibrada para não criarmos nenhuma rutura. Este é um caminho estreito que estamos a seguir, não sei como é que vai acabar, agora que nós não estamos confortáveis com os valores que estão em cima da mesa, não estamos, ninguém está satisfeito. Vamos continuar a fazer este trabalho, esta luta, não tendo recebido até ao momento

nenhum sinal positivo de que nós vamos conseguir reforçar as verbas de acordo com a nossa estratégia. Quanto aos quartéis da GNR, eu comprometo-me procurar escrever uma moção e trazê-la na próxima reunião. Julgo que ela faz todo o sentido e que nós temos duas situações distintas. O que vem na comunicação tem a ver com o clima pré-eleitoral e cada um agora procurar mostrar o serviço da melhor forma, um é dizer que não foi feito e o outro é dizer que “a culpa foi tua”, não fica bem, mas eles é que sabem. Nem os do PS me avisaram que lá iam, nem os do PSD me avisaram que iam escrever, é campanha eleitoral pura, cada um a lutar pelo seu lugar, para se manterem na Assembleia da República. É a guerra deles e não é a nossa. A nossa guerra é diferente e as situações são diferentes. Como sabem nós temos um terreno comprado em Cesar para a instalação de um novo quartel e é num sítio nobre, é na entrada de Cesar, na zona do Mergulhão. Foi um terreno que na altura compramos e bem, na minha opinião, porque o Senhor Ministro da altura, Jorge Coelho, disse ao Senhor Ângelo Azevedo “se o senhor der um terreno eu faço um quartel”, mas depois saiu e mudaram-se as prioridades. A verdade é que a situação não está resolvida, essa é que é a verdade. Eu estive no Posto de GNR de Cesar, com a chegada do novo Comandante, e nós comprometemo-nos, Câmara Municipal e ele, a fazer pequenas benfeitorias para as pessoas se sentirem bem (pintar paredes, arranjar torneiras, entre outros). As condições são miseráveis, não vale a pena estarmos com rodeios e todos nós as conhecemos. Há aqui um percalço no meio disto tudo, confesso, a saída do Dr. Miguel Macedo, Ministro da Administração Interna, criou-nos uma dificuldade, eu tinha concertado com o Senhor Ministro nós avançarmos com uma solução de construção de um quartel, mais ou menos modular. Em Cucujães, a situação é diferente e o Senhor Eng.º Joaquim Jorge caracterizou-a bem. A solução passa por intervir no atual quartel ou por uma outra solução que a Junta de Freguesia tem defendido e que é a casa das antigas finanças. Eu ontem tive uma reunião com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães e este foi um dos assuntos da ordem de trabalhos. Agora a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia vão falar com a GNR para que a GNR possa fazer uma avaliação do edifício e assim perceber quanto é que custa fazer as alterações e se justifica ou não. Eu sei que internamente a própria GNR se divide, se devem ficar ou ir para outro edifício e, portanto, esta é uma decisão que tem que ser tomada com eles, devem ser ouvidos e vão ser ouvidos sobre essa matéria. São estas as informações que eu tenho para dar sobre esta questão da Administração Interna. Eu acho que esta moção pode ajudar o processo. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram*

a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias vinte e cinco do passado mês de junho e oito do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** Retirado. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/55381/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio-Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início no mês de julho de 2015, em conformidade com o quadro abaixo:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º EPEF	N.º CFD
Ana Paula de Azevedo Nunes	O. Azeméis	205 091 326	€ 60	1426	2704
Maria de Fátima Oliveira rocha	Cucujães	185 124 224	€ 70	1427	2703
Olívia Moreira da Silva Rodrigues	Cucujães	174 390 645	€ 27,50	1428	2702
Manuel Augusto de Sousa Pacheco	Carregosa	171 305 841	€ 60	1429	2701
Ilídio Manuel Oliveira Almeida	O. Azeméis	204 265 347	€ 70	1430	2700
Ana Lúcia de Sousa e Silva	S. M. Gândara	224 325 060	€ 70	1431	2699

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVACÃO E REAJUSTAMENTO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/55410/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, com efeitos a partir do mês de julho de 2015, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

<i>Nome</i>	<i>Nº Contribuinte</i>	<i>Valor Apoio</i>	<i>Valor da Renovação</i>	<i>N.º CFD</i>
<i>Maria Margarida de Jesus Dias</i>	<i>172 587 093</i>	<i>€ 80</i>	<i>€ 80</i>	<i>375</i>
<i>Fernanda Maria Ferreira da Silva Costa</i>	<i>190 672 315</i>	<i>€ 80</i>	<i>€ 80</i>	<i>255</i>
<i>Lídia Rosa Silva</i>	<i>183 551 010</i>	<i>€ 80</i>	<i>€ 80</i>	<i>282</i>
<i>Germano de Azevedo Correia</i>	<i>153 907 797</i>	<i>€ 37,50</i>	<i>€ 37,50</i>	<i>263</i>
<i>António Lopes Monteiro</i>	<i>185 410 863</i>	<i>€ 87,50</i>	<i>€ 87,50</i>	<i>213</i>
<i>Jesuína de Oliveira Pinheiro</i>	<i>145 768 678</i>	<i>€ 45</i>	<i>€ 45</i>	<i>275</i>
<i>Maria Lúcia Matos da Silva</i>	<i>183 101 170</i>	<i>€ 70</i>	<i>€ 70</i>	<i>357</i>
<i>Maria de Fátima Reis Pereira da Silva</i>	<i>184 584 817</i>	<i>€ 70</i>	<i>€ 70</i>	<i>483</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/55556/2015)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios a partir do mês de julho de 2015: Por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o referido apoio: Rosa Gomes da Costa, Carmem Elisabete Santos S. S. Oliveira e Ana Cláudia Silva Noronha Amorim.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM O FUTEBOL CLUBE CESARENSE (I/55863/2015)**: Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, Desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro); - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de melhoria das instalações, permitirá promover a formação e divulgação das práticas desportivas junto da população como fator de motivação da prática de exercício físico, e aumento de interesse pelo desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros) da Lei

de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro “3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” - Da conjugação do citado art.º 46º com os art.º 1º e 3º do Decreto - Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, resulta a obrigatoriedade da realização de Contrato Programa para a atribuição de participação financeira, limitando-se o âmbito desta, a “plano” ou “proposta”, que não constitua encargo ordinário; - Os projetos de construção ou melhoramento, enquadram-se nos programas de desenvolvimento desportivos de acordo como o previsto na alínea c) do n.º 2 do 11.º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro; Assim, ao abrigo da alínea u) do número 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, proponho: - A aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar com o Futebol Clube Cesarense, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com o compromisso de fundo disponível número 2711/2015, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Esta proposta vem acompanhada do programa de desenvolvimento desportivo. Até ao final do ano vamos ter que ter as tipologias de apoios definidas nestes contratos para as várias instituições desportivas, culturais, IPSS, um regulamento. O Futebol Clube Cesarense fez-nos uma solicitação de apoio para o Mundialito de futebol que organizou, para a formação desportiva e para o melhoramento das instalações desportivas que é uma obra que tem vindo a ser feita desde a implementação do sintético. Há um conjunto de investimentos que têm sido feitos pelo clube desde pinturas, arranjos de balneários, apetrechamento das próprias instalações do clube e eu julgo que este contrato-programa e este valor se prende efetivamente com isso. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Senhor Presidente, eu quase que me atrevo a dizer que o Futebol Clube Cesarense é o clube que melhores instalações desportivas tem no concelho. Estou a falar no geral, não estou só a falar do estádio, tem sintético, tem uma boa estrutura diretiva, tem uma dinâmica muito interessante hoje em dia no concelho. Agora estamos aqui a dizer que vamos dar € 61.000 para melhorias das instalações desportivas e depois o orçamento não condiz com aquilo que as pessoas pedem. Eu já disse isto em relação à União Desportiva Oliveirense, não faz sentido, porque se nós olharmos para o orçamento de custos nós não temos aqui praticamente verba nenhuma para gastar em melhoramentos de infraestruturas. À semelhança do que fizemos com a Oliveirense, deixar esta nota. O Senhor Presidente esclareceu: Eu percebo a questão. Com base no que estamos a aprovar no contrato, nós não podemos pagar nada que não seja com base nas despesas que tem a ver com as melhorias de instalações. Aceito a recomendação para o futuro. Estes € 61.000 são para obras de melhoramento das instalações desportivas, nós ainda vamos trazer aqui, com base no mesmo plano de desenvolvimento desportivo, apoio para a formação desportiva e para o Mundialito. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a

proposta apresentada, tendo em atenção a recomendação apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **ALARGAMENTO TRIENAL DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “CASA TORREÃO, SALA DE BANQUETES, LDA.” (I/52410/2015):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - O presente requerimento refere-se a um pedido de alargamento trienal de horário, do estabelecimento denominado “Casa do Torreão Sala de Banquetes, Lda.” sito na Rua Condessa de Penha Longa – Cucujães, a qual tem como atividade principal salão de banquetes, para a prática do horário das 07.00H até à 01.00H de segunda-feira a quinta-feira, e das 07.00H até às 03.00H de sexta-feira a domingo, feriados e vésperas de feriados. - O processo encontra-se instruído com a documentação exigida no artigo 13.º do Regulamento de Mapas de Horário. - Não existe qualquer tipo de denúncia relativamente a ruídos do referido estabelecimento. Pelo exposto, submeta-se a presente situação à Câmara Municipal para decisão do pedido supra-referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE "CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO – 2.ª FASE" - AUTO Nº 03 TC (I/55701/2015):** Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “CIP – Construção, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º3 no valor de € 10.287,76 (dez mil duzentos e oitenta e sete euros e setenta e seis cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **EMPREITADA DE "BUSINESS CENTER DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL/LOUREIRO" - AUTO Nº 02 TC (I/53675/2015):** Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Principal Prioridade, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º2 no valor de €433.510,38 (quatrocentos e trinta e três mil quinhentos e dez euros e trinta e oito cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **EMPREITADA DE "CENTRO ESCOLAR DE UL" - AUTO Nº 16 TC (I/53455/2015)**: Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Pascoal & Veneza, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º16 no valor de €170.053,25 (cento e setenta mil e cinquenta e três euros e vinte e cinco cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO MUNICIPAL" – RECEÇÃO DEFINITIVA (I/54661/2015)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/53720/2015, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação dos Autos de “Vistoria para Receção Definitiva” e de “Receção Definitiva” da empreitada “Construção do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal” – Processo n.º 013/2007/DEM/GTC, e da conseqüente receção definitiva da obra no seu todo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDOS DE CERTIDÕES DE COMPROPIEDADE:** =====

===== **PI/4269/2015 (I/53708/2015) – JOAQUINA MADALENA DOS SANTOS**, viúva, residente na Rua Eng.º Arantes de Oliveira, n.º 438, r/c dto., freguesia e concelho de S. João da Madeira, e Maria de Fátima Dos Santos Sá Vidinha, casada, mas separada de pessoas e bens, residente na Rua São João de Brito, n.º 36, r/c esq., freguesia de concelho de S. João da Madeira, requerem nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do seguinte prédio rústico: Cultura e pinhal, sito no lugar do Serro, União das Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, deste concelho, com a área total de 0,290000ha, a confrontar de norte com Afonso Gomes Resende, de sul com Manuel Soares da Costa, de nascente com Augusto de Oliveira Costa e de poente com caminho, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo matricial número 104 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 1178/20040309. As requerentes são únicas herdeiras de José Pinto de Sá e assim adquiriram o direito a 1/8 de uma herança indivisa, de prédio misto, sito no lugar do Serro, União das Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, deste concelho. As requerentes chegaram a acordo para a venda de 1/8 parte indivisa a Carolina Maria de Sá Marques dos Santos de Bastos e José Manuel Sá dos Santos, irmãos e herdeiros de Maria da Conceição Correia de Sá, tendo nessa qualidade direito a 5/8 do referido prédio rústico. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/4188/2015 (I/52163/2015) – HERDEIROS DE MARIA ELVIRA TAVARES**

DE BASTOS: *Cristina Valente, advogada, com domicílio profissional na Rua Manuel Alves Soares, n.º 143, 1.º, sala 6, Oliveira de Azeméis, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade dos seguintes prédios rústicos: 1- Pinhal e eucaliptal, sito no lugar de Carvalhal, freguesia de Ossela, deste concelho, com a área total de 1,248000ha, a confrontar de norte com Manuel Fernandes Cubal, de sul com Herdeiros de Manuel José Bento e outro, de nascente com caminho e de poente com Armando Leite da Costa, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2075; 2 - Pinhal, sito em Serra de Alvelhe, freguesia de Ossela, deste concelho, com a área total de 0,390000ha, a confrontar de norte com Manuel de Almeida, de sul com Abílio Maia, de nascente com rego e de poente com caminho, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3260; 3- Eucaliptal, sito em Ribeira de Baixo, freguesia de Ossela, deste concelho, com a área total de 0,166000ha, a confrontar de norte com Francisco da Silva, de sul com Olívia Marques da Silva, de nascente com Manuel Marques de Oliveira e de poente com limite da freguesia, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3606; 4 - Pinhal, sito em Ribeira de Baixo, freguesia de Ossela, deste concelho, com a área total de 0,700000ha, a confrontar de norte com Manuel Marques de Oliveira, de sul com Domingos Marques de Oliveira, de nascente com caminho e de poente com Manuel Marques de Oliveira, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3619; 5 - Pinhal, sito em Ribeira de Baixo, freguesia de Ossela, deste concelho, com a área total de 0,625000ha, a confrontar de norte com caminho, de sul com Manuel Tavares dos Santos, de nascente com Manuel Henriques de Pinho e de poente com Domingos Marques de Oliveira, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3649; 6 – Cultura e ramada, sito em Ribeira de Baixo, freguesia de Ossela, deste concelho, com a área total de 0,021000ha, a confrontar de norte com carreiro, de sul com Manuel Marques de Oliveira, de nascente com Manuel Marques de Oliveira e de poente com Alfredo Marques Nunes, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3726; 7 – Cultura e Ramada, sito em Ribeira de Baixo, freguesia de Ossela, deste concelho, com a área total de 0,171000ha, a confrontar de norte com Angelina dos Santos, de sul com Manuel Albino, de nascente com Manuel Marques de Oliveira e de poente com caminho, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3728. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====*

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS:** =====

===== **PI/1334/2015 – FUNDAÇÃO CONDESSA DE PENHA LONGA**

(I/54299/2015): *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para aprovação do pedido de isenção de pagamento de taxas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== CONTRATAÇÃO PÚBLICA =====

===== DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – AJUSTE DIRETO REGIME SIMPLIFICADO – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DE DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente, datado de 23.06.2015, o qual se passa a transcrever: “No âmbito da minha própria competência, nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto no artigo 36º, conjugado com o artigo 128º, do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.): Considerando: - Que se torna necessário assegurar os serviços de higiene e limpeza previstos nos procedimentos em vigor (Proc. n.º 15/13 e 68/14) enquanto que o novo procedimento (concurso público sem publicitação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia) não se encontra adjudicado, estando o mesmo na fase de análise de propostas; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo previsto no n.º 14, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), onde é referido que se encontram excecionados do Pedido de Parecer Prévio previsto no n.º 5 do mesmo artigo, a celebração de contratos de prestação de serviços até ao montante de € 5.000,00, uma vez que com a presente necessidade o montante dos serviços ultrapassam o referido valor. - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 2.957,37 (dois mil, novecentos e cinquenta e sete euros e trinta e sete cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e encontra-se cabimentado na rubrica 02020201, pela Proposta de Cabimento n.º 931. - Que a presente necessidade não estará sujeita à aplicação de redução remuneratória, nos termos do estatuído no n.º 10º, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015). - Que, a próxima reunião do executivo será realizada no dia 9 de julho de 2015, pelo que se torna imprescindível proceder, desde já, ao desenvolvimento imediato de procedimento adequado para fazer face às necessidades, devendo este despacho ser remetido para ratificação pelo Órgão Executivo, do ato por mim praticado nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Determino, que se proceda à contratação da necessidade apresentada na RQI n.º 757, por ajuste direto em regime simplificado, tendo em conta o valor da despesa estimada de EUR 2.957,37 (dois mil, novecentos e cinquenta e sete euros e trinta e sete cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, em respeito pelo estabelecido na alínea a), do número 1, do artigo 20º, conjugado com o artigo 128º, do C.C.P. e, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. Autorizo a respetiva despesa conforme Proposta de Cabimento n.º 931 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1304. Determino, nos termos do artigo 112º, do C.C.P., que se proceda, conforme indicação do Serviço Requisitante, ao Convite para apresentação de proposta ao atual prestador de serviço: Clece, S.A. Delego, nos termos do n.º 1, do artigo 49º e n.º 1 e 2 do artigo 55º, do Código Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), a minha competência para a realização de todas as formalidades

